

LIBRAS COMO UMA SEGUNDA LINGUA PARA OS SURDOS CONCEITO E REFLEXÕES.

Carlos Ryan Silva de Araujo ¹

INTRODUÇÃO

Na sociedade em que estamos vivendo, a comunicação é a chave de maior utilidade para desenvolvimento social e profissional, para os surdos a Língua de Sinais é o canal comunicativo entre os membros da comunidade, portanto, é possível perceber que a pessoa com surdez apresenta uma dificuldade aguçada referente à questão da compreensão e aprendizagem da Língua Portuguesa –L2, obtendo um grau de dificuldade para entendimento e concordância na forma escrita em sala de aula e até mesmo no cotidiano vivenciado.

A língua materna da pessoa com surdez deve ser a principal base para o desenvolvimento da segunda língua, ou seja, através das LIBRAS - L1 é o caminho para aquisição da aprendizagem de outra língua de forma escrita, não subjugando erros ortográficos. Entretanto a Língua Portuguesa escrita deve ser trabalhada em sala de aula pelos professores de forma lúdica, envolvendo uma língua acessível para que o aluno surdo possa desenvolver suas habilidades e competências cognitivas, favorecendo uma aprendizagem.

A Língua Portuguesa na sua complexidade torna-se um caminho difícil no processo aprendizagem do aluno surdo devido aos conectivos, artigos, preposições, entre outros, o que na língua materna torna-se diferenciada devido ao contexto linguístico concreto, resultando numa dificuldade que os surdos enfrentam para transcrever textos, poemas escritos na questão da falta de coesão e coerência que muitos não conhecem a estrutura gramatical e gestual dos surdos achando que seja um erro, mas é apenas o desenvolvimento escrito da segunda língua que é a Língua Portuguesa.

Entretanto, a educação bilíngue para o surdo deve ser ministrada no seu ensino a aquisição de duas línguas (LIBRAS – L1 e a Língua Portuguesa – L2), dando oportunidade para que possa ter contato com as regras gramaticais entre ambas e o enriquecimento do seu vocabulário, preconizando o que os estudiosos afirmam, a criança surda deve dominar a

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú-UEVA, Graduado em Letras pelo Centro Universitário Uninter, Especialista em Educação Especial, Psicopedagogo, Especialista em Libras pelo IFPB, Pós-graduando em Metodologias do ensino de línguas no IFPE, Aluno especial no mestrado de linguagem e ensino-PPGLE, Professor da rede municipal de ensino de Patos-PB e de São José do Bonfim-PB, carlosryasilva22@email.com;

língua de sinais para após desenvolver a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita. O bilinguismo seria um fenômeno relativo que se apresenta de forma dinâmica se modificando na trajetória de vida dos indivíduos e assume diversas formas e variações no domínio e o uso das línguas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa será do tipo bibliográfico com base nos estudos de autores como: Damázio (2007), Gagliare (2015), Skiliar (2001), Pereira (2014), Solé (1998) e o subsídio de materiais já publicados em revistas, jornais, livros e demais fontes que assegurem confiabilidade na proposta estabelecida a temática abordada que está sendo discutida e fundamentada em discursões relação à surdez e as práticas abordadas em sala de aula a respeito do bilinguismo e a língua materna dos surdos.

A pesquisa bibliográfica é um pré-requisito para realização e fundamentação para qualquer pesquisa, pois nos fornece um banco de dados confiáveis que nos faz refletir sobre pontos cruciais diante das metodologias e práticas vivenciadas e praticadas por educadores nos sistemas educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo propõe em realizar uma análise nas obras de autores que abordam sobre a educação dos surdos: reflexões sobre o ensino bilíngue na escola. Portanto, dividimos o referencial teórico: na primeira seção será apresentada a Lei da LIBRAS e a sua regulamentação. Na segunda Abordagem teórica sobre a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, terceira o Atendimento Educacional Especializado para pessoa com surdez, quarta, o ensino em LIBRAS como L1 para surdos, quinta, o ensino Bilíngue para surdos e encerrando a fundamentação com o professor de LIBRAS como facilitador na educação bilíngue.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é a língua natural das pessoas surdas. No Brasil, a comunidade surda utiliza este canal visual e motor para se comunicar e interagir com o mundo social. Com a aprovação da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, abriram as portas para novas perspectivas na vida do surdo. Na escola, os reflexos centrais foram maiores, com a inserção de profissionais de Libras na mediação comunicativa e o professor para o ensino da língua materna.

O direito de qualquer pessoa surda que seja matriculada em escolas regulares tem auxílio de um Professor de LIBRAS que é o interprete para ensinar e mediar à comunicação e

o processo de ensino e aprendizagem. Por longos anos e com muitas lutas a educação especial passou por várias transformações, sendo: a exclusão, a integração, a segregação e por fim, a inclusão, na qual estamos vivenciando e que as escolas buscam se adaptar com metodologias diferenciadas para atender à necessidade dos alunos surdos inseridos nas escolas regulares. (BRASIL, 2005).

Atualmente os surdos são reconhecidos por lei federal que garante educação bilíngue de qualidade amparada pela lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que assegura todo aquele que tem a perda da auditiva que possa interagir e compreender o mundo em suas manifestações culturais e sociais dentro da sociedade e qualquer departamento seja educacional ou social o uso da Libras para comunicação. (BRASIL, 2005).

De acordo com esta lei assegura todos os discentes devidamente matriculados em unidades educacionais documentados que for surdo tem o direito de um interprete para melhor entendimento e comunicação dos conteúdos transmitidos em sala de aula para assim de fato o aluno surdo incluído no meio educacional interagindo e compreendendo o que está sendo dito e prescrito pelo sistema educacional.

De acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 afirma no artigo 10 sobre os cursos superiores e universidades que oferecem formação de professores oferecendo cadeiras que possa os futuros docentes conhecerem o mundo bilíngue e possa interagir e entender os surdos diante da comunicação dentro de uma sociedade que poucos conhecem a cultura surda e sua língua para ocorrer uma comunicação nas diversas eventualidades cotidianas.

O Decreto Federal foi oficializado no dia 22 de dezembro de 2005, abrindo um leque de grandes oportunidades para os profissionais e entre outros que não conhecia a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS mas tinha o desejo de conhecer e entender até mesmo se aperfeiçoando na área, desta forma oferecendo oportunidade de conhecimento e desenvolvimento de grandes profissionais na área da LIBRAS em nossas escolas como interpretes e outros departamentos que necessita deste profissional. (BRASIL, 2005).

De acordo com Pereira (2014) uso da língua de sinais contribuiu em muito para a aprendizagem dos alunos surdos, já que, por ser visual-espacial, não oferece dificuldades para ser adquirida. Diante dessa afirmação, podemos analisar que para a Língua Portuguesa e a aprendizagem ocorra de forma eficaz na compreensão, o surdo necessita de uma interligação interprete para que o mesmo entenda e compreenda o que está acontecendo ao seu redor e o que está sendo dito entre o locutor que é o professor e o interlocutor para que possa haver

comunicação e interação nas diversas aulas apresentadas no decorrer das aulas explicativas, dialogadas e nas rodas de conversas formais que acontece constantemente em sala de aula.

Diante da afirmação da autora citada acima, podemos nos depara com uma realidade bastante inovadora na educação dos surdos, pois a grande problemática nesta educação bilíngue e a questão da Língua Portuguesa escrita que muitos discentes sentem dificuldade na escrita de textos, poemas e até mesmo em responder pequenas questões escritas por eles mesmos sem auxílio do professor regente de sala de aula ou o interprete que tem com função ajudar na transmissão de conhecimentos ditos pelo professor, ou seja, um intermediador de aprendizagem.

As salas de recursos Multifuncionais-SRM são salas especializadas com material didático para diversas especificidades compostas por profissionais capacitados para atender a demanda de alunos que necessita de acompanhamento para desenvolvendo cognitivo, educacional para complementar a educação regular.

Em 2008 quando iniciou-se a implantação das salas de recursos multifuncionais nas escolas, foi um grande passo no processo inclusivo e a abertura de cursos preparativos para os professores do campo nas instituições, criando um elo de renovação das práticas pedagógicas, pois a inclusão não veio apenas para alunos mas para toda a escola em si quebrando todas as barreiras arquitetônicas e atitudinais, pois é um grande problema que atualmente algumas escolas enfrenta em pleno século XXI com acessibilidade e o atendimento educacional especializado. (PERREIRA,2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação dos surdos está ganhando grande foco na perspectiva referente ao bilinguismo tanto no AEE- Atendimento Educacional Especializado como nas salas regulares, educadores preocupados com melhores metodologias e práticas inovadoras para trabalhar o bilinguismo de forma clara e objetiva com os discentes para que seja significativa, concreta para facilitar a vida social, educacional dos surdos.

Para Damázio (2007), o Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa acontece na sala de recursos multifuncionais e em horário diferente ao da sala comum. O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que, sobretudo acredite nesta proposta estando disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de longos estudos e fundamentação em vários teóricos a surdez e a linguagem estão atreladas as práticas docentes e sala de aula cujo objetivo é desenvolver a língua materna para aprofundamento da segunda língua seja para surdos ou qualquer outra especificidade, pois da mesma forma que um discente surdo sente dificuldade na aquisição da segunda língua somos nós aprendendo uma língua estrangeira diferente da nossa iremos sentir várias dificuldades até desamino para desistir ao longo da caminhada não somos diferentes dos surdos por isso temos que ter empatia em nossas elaborações de aulas e materiais para utilizarmos em sala de aula.

Podemos analisar que AEE- Atendimento Educacional Especializado é fundamental na educação dos surdos pois é uma complementação e suplementação na vida educacional, pois o professor da sala regular e o do AEE trabalham em conjunto tendo o foco principal o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Bilinguismo. Metodologias. Libras. Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djair Lázaro. SANTOS, Glaucia Ferreira Dias. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **O ensino do português como segunda língua para surdos: estratégias didáticas.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 30 - 57, Set. /Dez. 2015.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Volume único. Brasília: MEC/SEB, 2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e Ação na sala de aula).

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene F. Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez.** Brasília: SEESP/MEC, 2007.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

PERREIRA, Maria Cristina da Cunha. **O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 143-157. Editora UFPR.